



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CEDCA/SC –  
*Lei Estadual N.º 12.536 de 19/12/02 - Decreto Regimento Interno N.º 802 de 12/04/96*  
Avenida Mauro Ramos, 722 – Centro – Florianópolis – SC –  
CEP: 88020-300 – (48) 3664-0795

ATA DA PLENÁRIA DE JULHO DE 2016

6  
7  
8  
9 Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, o Conselho  
10 Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina –  
11 CEDCA/SC reuniu-se para Assembléia Ordinária, na sala de reuniões Darcy  
12 Ribeiro da SST, às 13h30min, com a presença dos seguintes Conselheiros:  
13 \*GOVERNAMENTAIS: Renata da Silva (SST), Iza M<sup>a</sup> do Rozário de Andrade  
14 e Cristiane Éller (SJC), Maria Aparecida Pires (SES), Maíra Marchi Gomes  
15 (SSP/PC), Cleber Rosso Bicca (SOL); \*NÃO GOVERNAMENTAIS: Lizandra  
16 Vaz Salvadori (Forum PFVESIJ), Jaime R. N. Soto (ASCK), Claudio Eberle  
17 (Cáritas), Erli Aparecida Camargo (FINER), José Carlos Eloy Martins (IJE-  
18 Dom Bosco), Robson Richard Duvoisin (AJIDEVI), Elaine Paes e Lima  
19 (OMEP/SC). Também se fizeram presentes: Zeno Trenoldi (ACADEJUC),  
20 Maristela Freitas (Pastoral da Juventude/SC) e Daiana Vieira (Consultora do  
21 FIA). Justificativas de ausência: SED (Viviane Silva da Rosa – excesso de  
22 demanda profissional) e ACCT (Janete F. M. Vieira – outra agenda). Os (as)  
23 demais conselheiros (as) ausentes não apresentaram justificativa. Dando início  
24 aos trabalhos da plenária, a Conselheira Elaine, Coordenadora Geral do  
25 CEDCA, acolheu a todos os presentes, solicitando que todos se apresentassem  
26 devido à presença de conselheiros novos. Esta coloca a pauta em discussão e  
27 votação, sendo aprovada por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos da  
28 plenária, a Coordenadora colocou a ata de junho em votação, a qual foi aprovada  
29 por unanimidade e assinada pelos presentes. Espaço ACADEJUC: Conforme  
30 espaço solicitado a este Conselho Estadual, o senhor Zeno, agente do Sistema  
31 Socioeducativo, representando a Academia de Justiça e Cidadania -  
32 ACADEJUC como coordenador das capacitações apresenta a nova constituição  
33 dessa instituição, ressaltando sobre as barreiras enfrentadas frente a formação  
34 /capacitações dos Agentes do Socioeducativo, o qual almeja promover  
35 dignidade e segurança aos funcionários e aos adolescentes internos. Informa que  
36 a grade curricular está em processo de renovação, dois concursos eminentes  
37 estão sendo elaborados, e que a grande meta é a retomada do Núcleo da Escola  
38 Estadual do Socioeducativo, para a qual conta com o apoio do CEDCA/SC.  
39 Acrescenta ainda que o agente tenha o dever de ser profissional ético, de estar  
40 muito bem preparado para agir com ponderação (um meio termo) em situações  
41 problemas que se apresentam no dia a dia, entre segurança e pedagogia, deve ver  
42 o sistema com o olhar da sociedade como um todo acerca da reeducação dos  
43 adolescentes. A Conselheira Elaine parabeniza a iniciativa do senhor Zeno em se  
44 apresentar ao Conselho, o qual ressalta a importância de obter conhecimento dos  
45 Encaminhamentos da Audiência Pública realizada em 18 de abril de 2016,  
46 através da Comissão da Criança e do Adolescente e de Direitos Humanos da

47 ALESC, audiência esta, solicitada pelo CEDCA com a finalidade de discutir  
48 sobre o Atendimento Socioeducativo em Santa Catarina, em que se elencaram  
49 alguns encaminhamentos, com destaque para a criação do Grupo Gestor  
50 Estadual do Sistema Socioeducativo Catarinense, composto por representantes  
51 do CEDCA, do MPSC, do TJSC, da Comissão da Criança e do Adolescente da  
52 ALESC, da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB, da Secretaria de  
53 Estado da Justiça e Cidadania – SJC e da Secretaria de Estado da Assistência  
54 Social, Trabalho e Habitação. Na oportunidade ressaltou que o CEDCA  
55 convocou a Secretária de Estado da Justiça e Cidadania, bem como Convidou os  
56 demais Órgãos acima mencionados para reunião que aconteceu no dia 28 de  
57 junho, com a finalidade de cumprir com os encaminhamentos da referida  
58 Audiência Pública, considerando que o Sistema Socioeducativo de nosso Estado  
59 deve começar do zero novamente, pois considera o mesmo “falido”. Zeno  
60 informa que não tinha conhecimento desta audiência pública, mas que se  
61 interará do teor desta para ações futuras. Reforça que está reestruturando a grade  
62 curricular baseando-se na lei nacional, pois na grade atual, algumas disciplinas  
63 pedagógicas foram deixadas de lado, precisando muito ser readequadas à  
64 realidade vigente. A Conselheira Elaine recomenda que, após leitura da ata da  
65 audiência pública, este se una ao Conselho Estadual, fazendo parte do Grupo  
66 Gestor Estadual do Sistema Socioeducativo Catarinense, para analisar e estudar  
67 as deliberações que emanaram deste evento e coloca o CEDCA à disposição  
68 para parcerias. A Conselheira Iza destaca que estas mudanças ainda perpassam  
69 pelo Departamento de Atendimento Socioeducativo – DEASE que é o órgão  
70 Gestor, para aprovação, destacando que a ACADEJUC cuida da formação  
71 inicial dos agentes e que a Escola Estadual de Atendimento Socioeducativo  
72 cuidará da formação continuadas destes. A Conselheira Erli sugere que a  
73 Comissão do Socioeducativo do CEDCA unida a este Grupo Gestor Estadual  
74 deverá se reunir brevemente a esta nova composição da ACADEJUC para  
75 acelerar estas discussões. Sendo assim, Zeno agendará reunião com o diretor da  
76 academia e informará ao CEDCA. Baseadas na fala da Conselheira Elaine, as  
77 Conselheiras Iza e Cristiane questionam sobre de onde vem a idéia de que o  
78 sistema Socioeducativo de nosso Estado está falido, ressaltando que as questões  
79 administrativas até são discutíveis, mas o pedagógico, especialmente nos  
80 Centros de Atendimento Socioeducativos que são geridos por ONGs, vem  
81 desenvolvendo excelentes trabalhos através de projetos com apoio do Ministério  
82 Público local, citando os CASEs de Rio do Sul e de Chapecó, entre outros. Iza  
83 ainda sugere que as escolas de ensino regular sejam mais monitoradas para  
84 evitar a superlotação das Instituições de Reeducação. O Conselheiro Robson  
85 concorda com as grandes falhas do Sistema socioeducativo, referindo-se ao  
86 CASE de Joinville, sugerindo que o FIA custeie um diagnóstico de mídias dos  
87 CASEs e CASEPs de Santa Catarina objetivando conhecer a real situação destas  
88 Instituições, finalizando esta discussão com um discurso afinado e ponderado,  
89 nem tudo tão bom e nem tudo tão ruim. A Conselheira Erli destaca que é  
90 primordial documentar esta realidade, para que não se precise mais justificar e

91 muito menos mascarar as situações problemas existentes no Sistema  
92 Socioeducativo, elencando programas pedagógicos que considerem as  
93 individualidades dos Agentes e, muito especialmente, dos internos, separando o  
94 joio do trigo. A Conselheira Iza desabafa que não deseja mascarar tais situações  
95 problemas existentes, apenas não deseja generalizar, colocando todos os  
96 trabalhos desenvolvidos nas Instituições no mesmo patamar de avaliação, muito  
97 merecem ser destacados como referencia no Estado. Senhor Zeno questiona a  
98 plenária sobre o que o Conselho pensa acerca da questão da segurança dos  
99 internos nos CASEs e CASEPs, destacando que a ACADEJUC se preocupa  
100 muito com a segurança destes, de fora para dentro das instituições onde ,  
101 deixando este ponto de interrogação no ar. O Conselheiro Robson lembra que a  
102 segurança é um viés do trabalho realizado, para com o público atendido e seu  
103 contexto real, no entanto, a lógica do SINASE deve permear todas as ações  
104 internas e externas. A Conselheira Elaine encerra este tema, agradecendo a  
105 presença do Senhor Zeno na plenária, dizendo que este pode contar com o  
106 CEDCA e que está à disposição para cumprir o seu papel no fortalecimento das  
107 políticas públicas em prol das crianças e dos adolescentes. Zeno agradece a  
108 oportunidade e convida este Conselho Estadual para conhecer a ACADEJUC e o  
109 trabalho dos agentes nos CASEs e CASEPs, não apenas como visita técnica,  
110 mas conhecer a rotina dos internos e a realidade de cada uma dessas instituições.

111 INFORMES E REPASSES: 1) Edital de Convocação do Conselho Estadual de  
112 Direitos Humanos: O Conselheiro Cleber relata que foi publicado no Diário  
113 Oficial do Estado sob o Nº 20.340, do dia 15 de julho de 2016 (página: 03),  
114 enviado ao CEDCA, via e-mail, pela Diretoria de Direitos Humanos, o edital  
115 que convoca os representantes da Sociedade Civil sem Fins Lucrativos que  
116 atuam na área dos direitos humanos para participarem do Fórum Próprio Eletivo  
117 da Sociedade Civil que acontecerá no dia 19 de setembro de 2016, no auditório  
118 da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST, a  
119 título de divulgação e participação. Este material informativo já foi enviado a  
120 todos os Conselheiros Estaduais e demais contatos de CMDCAs, Associações de  
121 Municípios, ADRs, etc, através da secretaria executiva. 2) Planos Municipais: O  
122 Conselheiro Cleber explica que os municípios, através das ADRs e Associações  
123 de Municípios estão se organizando e realizando Rodas de Conversa sobre a  
124 Construção do Plano Decenal Municipal dos Direitos Humano da Criança e do  
125 Adolescente, sendo que as principais regiões do nosso Estado já foram  
126 contempladas com essas informações in loco: Videira, Joinville, Joaçaba,  
127 Florianópolis, Rio do Sul , na próxima semana (dia 27 de julho) será em  
128 Araranguá. Os encontros contam com a participação de Gestores Municipais,  
129 Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos, bem como, e especialmente os  
130 membros das comissões municipais intersetoriais, para os quais o Conselheiro e  
131 também Coordenador Adjunto do CEDCA, Cleber Rosso Bicca, orienta para a  
132 construção democrática destes planos municipais, visando instrumentalizar e  
133 tirar dúvidas acerca do funcionamento desta comissão intersetorial e o que se  
134 espera do município, enquanto construção democrática e sólida do plano.

135 Destaca que está sendo um prazer dividir o conhecimento, as dúvidas e os  
136 desejos com essa galera que não deixa a peteca cair, que fazem tudo acontecer,  
137 muita gente competente assumindo essa nobre tarefa de avançar na construção  
138 destes planos. Cleber ressalta que o dossiê de documentos orientativos elaborado  
139 pelo CEDCA está sendo muito utilizados pelos municípios. O Conselheiro  
140 Robson destaca que também está participando de capacitações orientando os  
141 municípios na construção dos planos, referindo-se aos municípios de Xanxerê e  
142 Maravilha, promovidos pela ACCT. 3)Escola de Conselhos: Cleber informa que  
143 os recursos foram retirados momentaneamente pelo governo federal, mesmo  
144 assim o projeto já está na SDH para análise para dar continuidade aos ajustes  
145 necessários e, assim que os recursos retornarem, toda a documentação já estará  
146 praticamente pronta. 4)1º Congresso Sul Brasileiro de Debate Sobre a Síndrome  
147 de Alienação Parental: A Conselheira Elaine apresentou à plenária o convite que  
148 o CEDCA recebeu para participar deste importantíssimo Congresso que  
149 acontecerá nos dias 05 e 06 de agosto de 2016, no Teatro Juarez Machado, em  
150 Joinville, destacando que foram doadas cinco vagas para este Conselho: 02  
151 vagas para conselheiros governamentais, 02 vagas para conselheiros da  
152 sociedade civil e uma vaga para a secretaria executiva do CEDCA, ainda  
153 ressalta que o valor da inscrição será de R\$250,00 por pessoa. Os Conselheiros  
154 que se colocaram à disposição para participarem, sendo seus nomes aprovados  
155 pela plenária foram: Elaine Paes e Lima, Cleber Rosso Bicca, Lizandra Vaz  
156 Salvadori e Iza Maria do Rozário de Andrade. Será solicitado carro oficial e  
157 diárias ao gabinete da SST para suprir as despesas de alimentação e hospedagem  
158 dos participantes. 5)Marco Legal da Primeira Infância: O Conselheiro Cleber  
159 informou que acontecerá uma audiência pública para discutir esta temática a se  
160 realizar no dia 04 de agosto de 2016, pela manhã, na ALESC. 6) Seminário  
161 Estadual Adoção Laços de Amor: A Conselheira Elaine relatou sobre este  
162 importante espaço de sensibilização da Sociedade Catarinense,  
163 fundamentalmente os pretendentes a adoção e do sistema de justiça para a  
164 adoção tardia, grupos de irmãos, adoções inter-raciais e adoções de crianças e  
165 adolescentes com deficiência. A sua participação enquanto Coordenadora do  
166 CEDCA outorgou o sucesso do referido Seminário, que aconteceu dia 15 de  
167 julho de 2016, no Auditório Antonieta de Barros da Assembleia Legislativa,  
168 sendo que a mesma, Coordenou a Mesa 2 (14h15min) sobre a temática  
169 “Caminhos da adoção: do sonho a realidade”, com participação da Doutora  
170 Marlizete Maldonado Vargas - Professora do Programa de Pós Graduação da  
171 Universidade Tiradentes e Autora do livro: Adoção Tardia. Desabafou ainda a  
172 Coordenadora que sentiu muito a ausência dos Conselheiros Municipais e  
173 Estaduais de Direito e Conselheiros Tutelares, e muito especialmente a ausência  
174 de representações das Secretarias de Estado citadas como parceiras na promoção  
175 do mesmo. 7) Sistema SUAS: O Conselheiro Cleber informou sobre a Audiência  
176 Pública que acontecerá no dia 04 de agosto, às 14h, na Assembléia Legislativa  
177 de Santa Catarina, onde será discutido sobre o tema: “Santa Catarina em Defesa  
178 do SUAS, onde também se dará o lançamento da “Frente Catarinense em Defesa

179 do SUAS e da Seguridade Social” requerida pela deputada Luciane Carminatti  
180 ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALESC, Deputado Dirceu  
181 Dresch. 8) Unidades Móveis: A Conselheira Erli relata sobre a atuação do  
182 Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Lages, do qual ela é a presidente,  
183 que, junto ao Forum Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres  
184 do Campo, da Floresta e das Águas, que é coordenado pela Coordenadoria  
185 Estadual da Mulher, requereram e assumiram a articulação das atividades das  
186 duas Unidades Móveis (dois ônibus) que estão em Santa Catarina e serão  
187 utilizadas na busca de desenvolver ações preventivas para o enfrentamento à  
188 violência contra a Mulher. O Forum Estadual tem por finalidade formular e  
189 debater propostas de políticas públicas, bem como acompanhar as ações  
190 governamentais relacionadas às mulheres do campo, da floresta e das águas,  
191 objetivando a aprovação do cronograma, articulação e monitoramento das ações  
192 destas Unidades Móveis, recebidas por meio do Programa Mulher Viver Sem  
193 Violência da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Ministério da  
194 Justiça e Cidadania, para atendimento às Mulheres vítimas de violência em  
195 Santa Catarina. Erli informa que a Região Serrana, especificamente o município  
196 de Lages, será a primeira a ser contemplada por este programa através de  
197 formação de equipe técnica, em seguida Chapecó, Extremo Oeste, Norte e Sul  
198 de Santa Catarina. Segundo Erli, as Unidades Móveis estavam paradas devido a  
199 ausência de orçamento para desenvolver tais programas. 9) Protagonismo da  
200 Mulher Negra: A força do Voto nas Eleições Municipais: A Secretária  
201 Executiva Lidia apresentou o convite para evento sobre a temática supracitada,  
202 em comemoração ao “Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e  
203 Caribenha” que acontecerá dia 25 de julho de 2016, às 18h, no auditório da SST.  
204 10) Eleições Conselheiros Tutelares: O Conselheiro Cleber informa que Grupo  
205 de Trabalho (TRE, CEDCA, MPSC, TJSC, e outros) constituído para orientar os  
206 municípios acerca da eleição dos CTs, que aconteceu em outubro de 2015, se  
207 reuniu novamente para discutir sobre escolha suplementar de CTs em Santa  
208 Catarina, resultando em um documento orientativo que será enviado aos  
209 municípios objetivando empoderá-los acerca de novas eleições de Conselheiros  
210 Tutelares, caso não tenham suplência para substituição destes em situação de  
211 desistência ou licença ou férias. 11) Planos Decenais Municipais: O Conselheiro  
212 Cleber apresentou o e-mail da ADR de Joaçaba, através da Gerente de  
213 Planejamento Regional e Apoio a Políticas Públicas, a Senhora Joviane  
214 Colombelli, que informa ao CEDCA sobre aos Municípios daquela região em  
215 que alguns Gestores Municipais dizem não encontrar na legislação e demais  
216 documentos orientativos do CONANDA, nada sobre a obrigatoriedade de  
217 construção e nem de execução destes planos. Esta solicita apoio deste Conselho  
218 em instrumentalizar os CMDCA sobre a construção do Plano Decenal dos  
219 Direitos Humanos da Criança e do Adolescente e sensibilizar os gestores  
220 municipais para pactuarem com essa idéia., bem como sobre as conseqüências  
221 que poderão ser geradas se não forem elaborados e deliberados no prazo  
222 estabelecido. Cleber sugere reunião com o Ministério Público, sendo aprovada

223 esta deliberação. 12)Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH:  
224 Este instituto que é uma Organização Não Governamental (ONG) sem fins  
225 lucrativos de Joinville e que tem como missão promover a Educação em Direitos  
226 Humanos no País e na América Latina, solicita apoio do CEDCA nas seguintes  
227 atividades: \*indicar dois Conselheiros/as para acompanharem as oficinas de  
228 capacitação dos/as Vereadores/as Mirins, que deverão ocorrer, no município de  
229 Florianópolis, no mês de novembro do corrente ano; \*incentivar que os/as  
230 referidos/as Conselheiros/as respondam o pré-questionário que será enviado  
231 antes da realização das oficinas no Município, cujo objetivo é mapear as  
232 atividades que o Conselho vem desenvolvendo na cidade e no Estado,  
233 principalmente no que se refere ao tema da participação política das crianças e  
234 adolescentes; \*participar da mesa redonda que será realizada na mesma ocasião  
235 da oficina, cujo tema principal será a criação do Plano Decenal dos Direitos  
236 Humanos de Crianças e Adolescentes do Estado de Santa Catarina, assim como  
237 mobilizar a sociedade civil e o governo para participarem do evento. Esta mesa  
238 buscará mobilizar o governo e a sociedade civil em relação ao tema e  
239 impulsionar a criação do Plano Estadual, além de contribuir com a discussão  
240 para criação do Plano municipal; \*participar da Audiência Pública que será  
241 realizada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, ao final do ciclo de  
242 oficinas nos seis municípios. A Audiência Pública, que está prevista para março  
243 de 2017, deverá contar com a participação de dois Vereadores Mirins de cada  
244 cidade (um Vereador e uma Vereadora), os quais levarão as demandas de suas  
245 cidades, desenvolvendo a ação de “falar em público” e se engajando no  
246 exercício de cidadania participativa por meio do empoderamento proporcionado  
247 pelas oficinas. O Conselheiro Cleber sugere a indicação de um membro da mesa  
248 coordenadora e um membro da Comissão de Políticas Públicas, Capacitação e  
249 Formação do CEDCA, sendo aprovados os nomes das Conselheiras Elaine e  
250 Erli. 13)Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento –  
251 ISBET: O Senhor Rogério Rocha do ISBET encaminhou e-mail ao CEDCA  
252 solicitando, enquanto Instituição, o registro como “Entidade de Aprendizagem”  
253 neste Conselho Estadual para que possam também atender outros municípios de  
254 Santa Catarina, além da capital – Florianópolis onde já atuam. O Conselheiro  
255 Cleber coloca que, tanto a inscrição da instituição quanto dos programas que  
256 serão executados nos municípios deve ser realizada nos municípios. Reforçando  
257 que, caso nos municípios não possuam estrutura física de atendimento (sendo  
258 mantido apenas o endereço da sede), o programa que será executado deverá ser  
259 inscrito naquele CMDCA para aprovação, não cabendo ao CEDCA realizar tal  
260 registro. Como deliberação, a mesa coordenadora responderá a esta solicitação.  
261 **MOMENTO DAS COMISSÕES: Comissão Intersetorial e de Políticas Públicas:**  
262 A Conselheira Erli apresentou a Resolução CEDCA nº 006/2016 que dispõe  
263 sobre modificação da Resolução CEDCA nº 004/2015, que destina recursos do  
264 FIA/SC para contratação de Assessoria Técnica, publicada no DOE SC nº  
265 20.103 de 03/08/15, dando novas providências, sendo aprovada a redação deste  
266 documento que será publicado no Diário Oficial do Estado. A Conselheira

267 Lizandra informa que estão aguardando a indicação de representante da SST,  
268 para a coordenação da Comissão Intersetorial, em substituição a Senhora  
269 Adriana Zanqueta, que se afastou desta casa. Informou também que as  
270 Secretarias e as Instituições que fazem parte desta Comissão, já estão coletando  
271 os dados sobre a realidade da criança e do adolescente do nosso Estado em seus  
272 locais de atuação profissional, para depois serem compilados e contemplados na  
273 Política e no Plano Estadual Decenal dos Direitos Humanos da Criança e  
274 Adolescentes. Comissão de Normas: A Conselheira Elaine juntamente com o  
275 Conselheiro Robson informam sobre a circular interna enviada ao CEDCA pela  
276 Gerência de Planejamento e Avaliação (GEPLA), através da senhora Gisele,  
277 solicitando parecer deste Conselho acerca da revisão do PPA/2017, referente aos  
278 recursos do FIA Estadual, ficando deliberado que a GEPLA será informada  
279 oficialmente acerca das ponderações da plenária no que se refere a: \*Subação  
280 1955- Ações voltadas ao estudo, pesquisa, realização de campanhas educativas e  
281 formação/capacitação dos atores na Política da Criança e do Adolescente.  
282 DESCRIÇÃO - Promover ações voltadas para diagnosticar a realidade da  
283 Criança e do Adolescente no Estado de Santa Catarina; realizar campanhas  
284 educativas; publicações e divulgação das ações realizadas; desenvolver ações de  
285 formação continuada, para Conselheiros de Direitos e Tutelares (Escola de  
286 Conselhos /CEDCA) e demais operadores do Sistema de Garantia dos Direitos  
287 da Criança e do Adolescente; Subação 12660 - Apoio financeiro a entidades que  
288 atendam crianças e adolescentes. DESCRIÇÃO - Apoio financeiro a Instituições  
289 Públicas e Privadas sem fins lucrativos, que desenvolvem ações de promoção,  
290 proteção, defesa e atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, no  
291 Território Catarinense. Na oportunidade comunicamos que retiramos a proposta  
292 de apoio às medidas judiciais, direcionadas a criança e ao adolescente, por serem  
293 de competência das Políticas Sociais Básicas, não competência do Conselho  
294 Estadual e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.  
295 Comissão de Orçamento e Finanças: A Conselheira Elaine colocou sobre a  
296 impressão de mil (1000) exemplares de cartilhas com as deliberações do  
297 CEDCA mais e-book (mídia digital), para a qual a senhora Daiana – Consultora  
298 do FIA, apresentou o orçamento no valor de mil e oitocentos reais (R\$1.800,00),  
299 sendo aprovada esta deliberação. O Conselheiro Cleber se colocou à disposição  
300 para fazer a gestão de distribuição deste material. Sobre a prestação de contas do  
301 FIA/SC, Daiana informou que, por excesso de demanda em seu setor de  
302 trabalho, ainda não conseguiu responder à solicitação desta comissão em  
303 detalhar mais o formato da prestação para melhor entendimento. A Conselheira  
304 Elaine solicitou que estes documentos que se referem à prestação de contas do 2º  
305 semestre de 2015, do 1º e 2º trimestre de 2016 sejam apresentados na plenária de  
306 agosto para análise e aprovação, bem como que seja divulgado o valor da  
307 destinação do imposto de renda ao Fundo Estadual deste ano. O Conselheiro  
308 Cleber sugere que estes documentos sejam enviados antecipadamente aos  
309 Conselheiros Estaduais, via e-mail, para análise antecipada e posterior  
310 aprovação na plenária de agosto. Comissão do Socioeducativo: O Conselheiro

311 Cleber se apresenta para fazer parte desta comissão e sugere o estabelecimento  
312 de uma rotina de atividades, iniciando pela leitura do Plano Estadual de  
313 Atendimento Socioeducativo que já foi aprovado e oficiar os agentes  
314 responsáveis pela execução das ações previstas neste importante documento.  
315 ASSUNTOS GERAIS: \*A secretária executiva informa sobre ofício do MPSC,  
316 enviado ao CEDCA via protocolo, através do Promotor de Justiça - Thiago  
317 Carriço de Oliveira, com cópia do despacho de arquivamento referente aos autos  
318 de um Procedimento Preparatório instaurado por esta promotoria, para verificar  
319 o cumprimento pelo Estado de Santa Catarina, da elaboração do Plano Estadual  
320 de Atendimento Socioeducativo em prazo certo, das disposições contidas no  
321 artigo 7º, §2º, da Lei nº 12.594/2012. \*A Conselheira Elaine informa sobre a  
322 visita às instituições ABAM e Cruz Azul de Blumenau que tiveram seus projetos  
323 custeados com recursos do FIA Estadual, realizadas no dia 12 de julho, bem  
324 como sobre cronograma que está sendo elaborado para visitar as demais  
325 instituições, como suporte para construção de um novo edital. Nada mais  
326 havendo a tratar, a sessão plenária foi encerrada pela Coordenadora Elaine,  
327 agradecendo a presença de todos e concluindo que este Conselho está de  
328 parabéns, pois vem desempenhando muito bem o seu papel deliberador de  
329 Políticas Públicas em prol das Crianças e Adolescentes de Santa Catarina. Eu,  
330 Lídia Vargas Peixer, Secretária Executiva do CEDCA, lavrei esta ata que será  
331 aprovada e assinada pelos presentes.